

AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas e um caderno de textos destinado à resposta definitiva da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **6 (seis) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção os segmentos argumentativos a seguir.

Assinale a opção que apresenta uma argumentação subjetiva.

- (A) A primeira causa de mortes de jovens na Espanha são os acidentes de trânsito, já que cada ano morrem cerca de 1400 jovens entre 15 e 29 anos.
- (B) Esse é um filme tecnicamente perfeito, mas o roteiro não é original nem me emociona.
- (C) Já se comprovou que cerca de 44% das pessoas consultam seu celular assim que se levantam.
- (D) Se a mesa tem 1 metro e meio de comprimento, não a podemos colocar no salão, pois só há um metro de espaço livre.
- (E) Você não deve preocupar-se com esta prova; a maior parte dos candidatos é aprovada.

2

Assinale a opção que indica a frase que **não** mostra nenhuma tomada de posição do enunciador.

- (A) Desconhece-se o resultado da pesquisa feita em São Paulo.
- (B) Esse cão é o animal mais afetuoso que conheço.
- (C) É preciso ser doido para não ver que isso degrada a paisagem.
- (D) Pessoalmente, não me sinto atraído por essa discussão.
- (E) O importante é que saibamos como é difícil chegar ao resultado.

3

“O melhor colégio de Salvador é, sem dúvida, o de meu filho, pois é o que possui melhores condições de ensino”.

Nesse raciocínio, a **falha** de raciocínio argumentativo é identificada como

- (A) generalização excessiva.
- (B) círculo vicioso.
- (C) falsa analogia.
- (D) simplificação exagerada.
- (E) argumento autoritário.

4

Observe o seguinte silogismo:

“*Todos os cientistas são meio amalucados / Meu irmão é amalucado / Meu irmão é cientista.*”

Evidentemente, a conclusão desse raciocínio é falsa; o problema desse silogismo é que

- (A) a primeira premissa é falsa.
- (B) a segunda premissa mostra ambiguidade; a segunda premissa mostra ambiguidade.
- (C) a conclusão não deriva das premissas.
- (D) o posicionamento dos termos está errado.
- (E) a segunda premissa está desconectada da primeira.

5

Quanto aos sentidos em que se baseiam as descrições, assinale a opção que indica o texto que mostra essa identificação de forma correta.

- (A) “De uma mesa distante, a única ocupada, ainda vinha o ruído de vozes de homens. Uma gargalhada rebentou sonora em meio do vozerio exaltado.” / predominantemente, descrição visual.
- (B) “Deitado, ele beliscou dois ou três grãos. Chupou o sumo azedo, deixou cair a casca no prato. Apanhou outro bago, mais doce.” / exclusivamente, descrição tátil.
- (C) “Nas Barcas, os armazéns tresandavam a lixo e peixe podre, as latas vazias de óleo, como cheiro de homens esfarrapados.” / descrição olfativa e gustativa.
- (D) “O pai comprou o sapato dois números maior... Enfiou no pé frio o sapato branco de tênis. Ao pentear-lhe o louro cabelo, a cabeça ainda em fogo.” / descrição visual e tátil.
- (E) “Examinou a sala. Na extremidade da mesa, um homenzinho escrevendo. No momento em que o Doutor Silveira se certificava disso, o personagem soltou a pena, mostrou uns olhos empapuçados e deixou escapar um gesto de repugnância.” / descrição visual e auditiva.

6

As preposições têm dois valores básicos: podem ter *valor gramatical*, quando são exigidas por um termo anterior, com presença obrigatória, e *valor nocional*, quando são empregadas para acrescentar alguma informação ao texto.

Assinale a opção que mostra a frase em que a preposição **de** mostra *valor nocional*.

- (A) Homem é como peça **de** avião. Sempre que gasta precisa ser logo trocado.
- (B) O puritanismo é o temor espantoso **de** que alguém possa ser feliz em alguma parte.
- (C) Não há maior prova **de** ignorância do que acreditar que o inexplicável é impossível.
- (D) Não é preciso muito para ser um produtor **de** coelhos.
- (E) Homem algum precisa apenas **de** um pequeno salário.

7

Todas as frases a seguir mostram dois segmentos sublinhados; assinale a opção que apresenta a frase em que a troca de posição desses segmentos traz *inadequação*.

- (A) Não é fácil ganhar pouco e trabalhar muito.
- (B) Ele conhece todo o universo e não se conhece.
- (C) Desde o começo é mais cômodo saber pouco do que saber muito.
- (D) Quem erra a primeira casa do botão não conseguirá abotoar-se.
- (E) O que não se compreende não se possui.

Direito Constitucional

8

João, cientista político brasileiro, é ferrenho defensor da forma de governo monárquica e das ideias do Partido Político Alfa, que defende essa forma de governo. Por tal razão, é infenso à organização das estruturas estatais de poder com base em ideais republicanos, especialmente em relação à forma de provimento dos cargos afetos à Chefia do Poder Executivo nas distintas esferas de governo. Ao ser editada a Lei federal nº XX, que impôs à generalidade dos adultos, excetuados aqueles que apresentassem algum óbice de ordem física ou psíquica, a obrigação de desempenhar determinada atividade de interesse público em um curto período de tempo, João redigiu um alentado manifesto e negou-se a cumprir a obrigação legal.

Nessa situação, João agiu de modo

- (A) lícito, mas deve cumprir a prestação alternativa que estiver fixada em lei.
- (B) ilícito, pois ninguém pode deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (C) lícito, pois ninguém pode ser compelido a exercer uma função pública contra a sua vontade.
- (D) ilícito, pois apenas por motivo de crença religiosa poderia deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (E) lícito, pois a todos é assegurado o direito de não cumprir obrigação legal de caráter geral, desde que seja cumprida prestação alternativa fixada em regulamento.

9

John, cuja nacionalidade originária é austríaca, adquiriu a nacionalidade brasileira após regular processo de naturalização. Como pretendia concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições, a serem realizadas em alguns meses, solicitou a sua filiação a um partido político. Para a surpresa de John, a filiação foi negada sob o argumento de que ele não é e, pelas informações colhidas, não pode se tornar cidadão em razão de óbice constitucional.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o entendimento do partido político

- (A) pode estar certo, se John for analfabeto.
- (B) pode estar certo, se John não tiver domicílio eleitoral no Brasil.
- (C) está errado, pois, pelos dados da narrativa, John já é cidadão brasileiro.
- (D) pode estar certo, se John for conscrito, durante o período de serviço militar obrigatório.
- (E) está certo, pois a dupla nacionalidade impede que John adquira a cidadania brasileira.

10

Maria, vereadora do Município Alfa, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de eventual projeto de lei que estabelecesse uma disciplina específica para os contratos de compra e venda de banana, o que derivava da elevada produção local, dos períodos de entressafra e da forma específica de comercialização no território do Município, no qual era comum a realização de trocas, sem a utilização da moeda nacional.

A assessoria respondeu corretamente que eventual projeto de lei seria

- (A) constitucional, desde que sejam observadas as normas gerais editadas pela União.
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- (C) inconstitucional, pois compete concorrentemente à União e ao Estado legislar sobre a matéria.
- (D) constitucional, desde que o Município se limite a suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado.
- (E) constitucional, pois se trata de assunto de interesse local, o que atrai a competência legislativa do Município.

11

A Fundação de direito privado Alfa, cujo objetivo estatutário é a pesquisa e a manipulação de material genético, foi notificada de que, em determinado dia, fiscais vinculados ao ente competente compareceriam em sua sede, para fiscalizar não suas instalações ou seus documentos contábeis, mas, especificamente, a forma como suas atividades finalísticas eram desenvolvidas.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa fiscalização é

- (A) ilícita, pois afronta a liberdade de pesquisa científica e o sigilo assegurado nas descobertas que sejam realizadas.
- (B) ilícita, pois a livre iniciativa não compactua com o exercício do poder de polícia sem a notícia da prática de ilícito.
- (C) lícita, pois a fiscalização de atividades dessa natureza é uma imposição constitucional.
- (D) ilícita, pois a cultura e suas distintas formas de projeção devem ser fomentadas e protegidas, não tolhidas com uma fiscalização dessa natureza.
- (E) lícita, já que compete ao Poder Público regulamentar e fiscalizar, em caráter contínuo, todas as atividades privadas, independentemente de sua natureza.

12

Após o falecimento de João, servidor público estadual, Joana, que com ele vivera em união por quase dez anos, com aparência de família, compareceu perante a autoridade estadual competente e requereu o recebimento da pensão por morte. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, sob o argumento de que João era casado, situação constituída em momento anterior ao início da união com Joana, e a esposa, com a qual convivia de modo simultâneo, estava recebendo o referido benefício previdenciário.

Irresignada com a situação, Joana procurou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que, em harmonia com a sistemática constitucional afeta à família, ela

- (A) tem direitos idênticos à esposa, de modo que o benefício deve ser dividido entre ambas.
- (B) tem o direito de receber a integralidade do benefício, pois a aparência de família supera o formalismo do casamento.
- (C) não tem direito ao benefício, pois o concubinato não pode ser equiparado, para fins de proteção estatal, ao casamento.
- (D) não tem direito ao benefício, pois a ordem constitucional somente reconhece direitos nas uniões afetivas decorrentes do casamento.
- (E) tem o direito de receber o benefício na forma que dispuser a lei, pois a ordem constitucional dispõe que a união estável deve ser protegida nos termos da lei.

Direito Administrativo

13

José, Prefeito do Município Alfa, em maio de 2022, de forma dolosa, concedeu benefício fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. Agindo dessa forma, em tese, José, de acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa,

- (A) não praticou ato de improbidade, diante da ausência de expressa previsão legal, desde a edição originária da Lei de Improbidade.
- (B) não praticou ato de improbidade, diante da revogação da norma que definia a conduta narrada como ato típico de improbidade.
- (C) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos.
- (D) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a proibição de contratar com o poder público, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- (E) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, por prazo não superior a 14 (catorze) anos.

14

Governador do Estado Alfa nomeou João, que conta com 76 anos, para exercer cargo exclusivamente em comissão de Diretor em certo departamento da Secretaria Estadual de Fazenda.

Um mês após a nomeação, a Controladoria Geral do Estado recebeu representação solicitando a imediata nulidade do ato, haja vista que João possui idade superior àquela da aposentadoria compulsória prevista na Constituição da República.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a representação

- (A) não merece prosperar, pois a idade para aposentadoria compulsória ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão é de 80 anos.
- (B) não merece prosperar, pois servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória.
- (C) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 70 anos para todos os servidores.
- (D) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos, na forma da lei complementar, aplicável a cargos em comissão.
- (E) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e 70 anos para os demais servidores, aplicável a cargos em comissão.

15

Em matéria de serviços públicos, de acordo com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, caso o poder público queira delegar sua execução para o delegado, é correto afirmar que o implemento de transporte público coletivo

- (A) pressupõe prévia licitação, salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas.
- (B) pressupõe prévia licitação, sempre na modalidade diálogo competitivo ou leilão.
- (C) não pressupõe prévia licitação, exceto quando se tratar de permissão.
- (D) não pressupõe prévia licitação, exceto quando se tratar de contrato com prazo superior a 10 (dez) anos.
- (E) pressupõe prévia e imprescindível licitação, apenas quando se tratar de contrato com prazo superior a 15 (quinze) anos.

16

A empresa pública estadual Alfa, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, exerce exclusivamente atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro. A referida estatal foi condenada com sentença transitada em julgado a pagar o valor de quatrocentos mil reais ao cidadão João. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, a empresa pública Alfa apresentou ao juízo requerimento de adoção do regime de precatório.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pleito da estatal

- (A) merece prosperar, pois se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva e inerente a todos os entes da Administração Direta e Indireta.
- (B) merece prosperar, pois se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva e inerente a todos os entes que ostentam personalidade jurídica de direito público, como é o caso da estatal Alfa.
- (C) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva dos entes da Administração Direta e Indireta com personalidade jurídica de direito público.
- (D) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva dos entes da Administração Direta, que possuem personalidade jurídica de direito público.
- (E) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, pois se trata de estatal exploradora de atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro, sendo certo que a estatal ostenta personalidade jurídica de direito privado.

17

Em matéria de controle da Administração Pública, extrai-se do texto constitucional que o controle externo, a cargo do Poder Legislativo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete

- (A) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio, que vincula o julgamento dessas contas pelo Poder Legislativo.
- (B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e, descumprida a ordem, condenar o gestor omissor à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, suspensão dos direitos políticos por até 5 (cinco) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, mas não da administração indireta, e as contas daqueles que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Direito Tributário

18

Sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo de impostos e contribuições e tendo como base as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal – STF, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

- () É constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.
- () É constitucional a inclusão do valor do ICMS na sua própria base de cálculo.
- () O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – F.

19

O Estado X publicou uma lei que determina a isenção de IPVA para os proprietários de veículos automotores com deficiência auditiva que estejam aposentados, desde que comprovada a deficiência por meio de junta médica oficial.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os proprietários de veículos com deficiência motora, visual ou mental, por analogia, poderão requerer a extensão do benefício fiscal, ainda que estejam no exercício de atividade laboral.
- (B) A referida lei deve ser interpretada literalmente. Portanto, somente aqueles com deficiência auditiva e que sejam aposentados poderão se beneficiar da isenção.
- (C) É possível a interpretação extensiva da referida norma para beneficiar o deficiente auditivo, ainda que se encontre no exercício de atividade laboral.
- (D) A referida norma é inconstitucional por violar o princípio da isonomia tributária.
- (E) Em razão do princípio da justiça social, a interpretação da lei tributária deve ser extensiva a toda e qualquer pessoa deficiente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental, que esteja aposentada.

20

Sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incide ICMS sobre o fornecimento, por se tratar de prestação de serviço não compreendido na competência tributária dos Municípios.
- (B) Não incide ICMS sobre o fornecimento, pois há imunidade tributária das concessionárias de serviço público.
- (C) Não incide ICMS sobre o fornecimento, pois as águas são bens públicos e não podem ser exploradas por particulares, não se caracterizando uma operação de circulação de mercadorias.
- (D) Incide ICMS sobre tal fornecimento, por ser a água canalizada um bem dotado de valor econômico, já que sofre tratamento químico necessário para consumo.
- (E) Somente incide ICMS sobre tal fornecimento se o tratamento e a canalização da água forem comprovados pela concessionária de serviço público; caso contrário, a água não poderá sofrer incidência do ICMS, por ser a água, em seu estado bruto, um bem público.

21

Considere que a União, por meio de decreto do Presidente da República, publicado em abril deste ano, majorou a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de diversos produtos, nos limites estabelecidos em lei. A referida alteração entrou em vigor 30 (trinta) dias após a publicação do decreto.

Sobre a hipótese descrita, considerados os princípios gerais tributários, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve violação aos princípios da anterioridade anual, da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- (B) Houve violação ao princípio da anterioridade anual; o IPI não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- (C) O IPI não se submete à anterioridade anual; houve violação ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- (D) O IPI não se submete ao princípio da anterioridade anual; houve violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- (E) O IPI não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.

22

Sobre a obrigação tributária, à luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. A obrigação acessória, prevista na legislação tributária, tem caráter autônomo em relação à regra matriz de incidência do tributo, pois vincula, inclusive, o sujeito passivo que não seja contribuinte do tributo ou que inexistente a hipótese de incidência tributária, desde que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- II. O artigo do CTN que permite à autoridade administrativa desconsiderar negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos legais a serem estabelecidos, foi considerado constitucional pelo STF.
- III. Não é legítima a tributação sobre operações ou atividades ilícitas, decorrentes da interpretação com abstração da validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, de seu objeto ou de seus efeitos, na definição do fato gerador.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

Contabilidade Geral**23**

Uma fábrica instalou um filtro por exigência de uma entidade governamental de controle ambiental. O item comprado é fundamental para a continuidade da atividade da fábrica.

Assinale a opção que indica a contabilização dos gastos com o filtro nas demonstrações contábeis da fábrica e o motivo para a contabilização.

- (A) Despesa operacional; não há aumento na vida útil da fábrica.
- (B) Despesa operacional; não há aumento direto na geração de benefícios econômicos futuros.
- (C) Outras despesas operacionais; não há relação direta com o processo produtivo.
- (D) Ativo Imobilizado; há aumento direto na geração de benefícios econômicos futuros.
- (E) Ativo Imobilizado; há criação de condições para a obtenção de benefícios econômicos futuros por outros ativos.

24

Uma sociedade empresária adquiriu computadores para utilizar em seus negócios. Na data da aquisição, o preço dos computadores era de R\$30.000, com pagamento em doze meses. Como a sociedade empresária realizou o pagamento à vista, pagou R\$28.000. O pagamento do valor e o recebimento dos computadores foram feitos em 10/01/X0.

Assinale a opção que indica o lançamento contábil realizado pela sociedade empresária nesta data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

- (A) D - Computadores R\$28.000
C - Caixa R\$28.000
- (B) D - Computadores R\$28.000
D - Desconto obtido R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
C - Receita financeira R\$2.000
- (C) D - Computadores R\$30.000
C - Juros a incorrer R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
- (D) D - Computadores R\$30.000
C - Desconto obtido R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
- (E) D - Computadores R\$30.000
C - Receita financeira R\$2.000
C - Caixa R\$28.000

25

A companhia aérea **X** faz viagens em parceria com a companhia aérea **Y**. Em janeiro de X0, alguns passageiros entraram na justiça contra elas. Os advogados das companhias julgaram que a perda era provável, estimando o montante de R\$40.000.

A Cia. **X** e a Cia. **Y** combinaram que seriam responsáveis pela obrigação de modo conjunto e solidário, de modo que cada uma arcaria com metade do valor.

Assinale a opção que indica a contabilização do fato nas demonstrações contábeis da Cia. **X**.

- (A) Passivo contingente: R\$40.000
- (B) Provisão para contingências: R\$40.000
- (C) Provisão para contingências: R\$20.000 e passivo contingente: R\$20.000
- (D) Passivo contingente: R\$20.000, apenas.
- (E) Provisão para contingências: R\$20.000, apenas.

26

Em relação ao reconhecimento do ajuste a valor presente de uma conta a receber no balanço patrimonial de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incorre apenas quando a conta é de curto prazo.
- (B) Incorre apenas quando a conta é de longo prazo
- (C) Incorre apenas quando refletir efeito relevante.
- (D) Incorre em todas as contas de curto e de longo prazo.
- (E) Incorre em todas as contas de longo prazo e apenas nas de curto prazo que refletem efeito relevante.

27

O Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, inclui os critérios que devem ser atendidos para que haja contabilização da receita na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade.

As opções a seguir apresentam alguns desses critérios, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A entidade pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- (B) A entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.
- (C) O contrato possui substância comercial, de modo que é esperado que o risco, à época, ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato.
- (D) Há prestação do serviço ou entrega do bem ao cliente, independente da capacidade de recebimento do montante correspondente.
- (E) As partes do contrato aprovam o contrato, por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios, e estão comprometidas em cumprir as suas respectivas obrigações.

Estatística

28

Uma variável aleatória discreta X tem a seguinte distribuição de probabilidades:

x	1	3	5	10
p(x)	0,1	0,2	0,3	0,4

A média de X é igual a

- (A) 3,5.
- (B) 4,0.
- (C) 5,4.
- (D) 6,2.
- (E) 7,0.

29

Planeja-se selecionar quatro pessoas, com reposição, de uma pequena população composta por vinte pessoas, das quais dez foram acometidas por certa doença.

Se X é a variável aleatória que contará o número de pessoas, dentre as quatro, que foram acometidas pela referida doença, então a probabilidade de X ser igual a 2 é igual a

- (A) 0,375.
- (B) 0,425.
- (C) 0,475.
- (D) 0,5.
- (E) 0,525.

30

Acerca da distribuição de probabilidades de uma variável aleatória X normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 , avalie as afirmativas a seguir.

- I. A variável $Z = (X - \mu)/\sigma$ tem distribuição normal padrão.
- II. Se M é a mediana de X, então $M > \mu$.
- III. $P[X > \mu] = 0,5$.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Suponha que uma variável aleatória populacional X pode ser suposta normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância σ^2 conhecida.

Se uma amostra aleatória de tamanho n for obtida, e se \bar{x} é o valor observado da média amostral, então um intervalo de 95% de confiança para μ será dado por

- (A) $(\bar{x} - 1,96\sigma/n; \bar{x} + 1,96\sigma/n)$
- (B) $(\bar{x} - 1,96/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96/\sqrt{n})$
- (C) $(\bar{x} - 1,96\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sqrt{n})$
- (D) $(\bar{x} - 1,96\sigma^2/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sigma^2/\sqrt{n})$
- (E) $(\bar{x} - 1,96\sigma/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sigma/\sqrt{n})$

32

Uma amostra aleatória simples X_1, X_2, X_3, X_4 , de tamanho 4, será obtida de uma distribuição de probabilidades populacional com média μ e variância σ^2 .

Considere que o seguinte estimador de μ será usado

$$\bar{X} = (X_1 + X_2 + X_3 + X_4)/4.$$

A média e a variância de \bar{X} valem, respectivamente,

- (A) μ e $\sigma^2/2$.
- (B) $\mu/2$ e $\sigma^2/4$.
- (C) $\mu/4$ e $\sigma^2/4$.
- (D) μ e $\sigma^2/4$.
- (E) 2μ e σ^2 .

Noções de Igualdade Racial

33

Maria e João, estudiosos do Estatuto da Igualdade Racial, travaram intenso debate a respeito das denominadas ações afirmativas. Maria entendia que essas ações eram da alçada do Poder Público e da iniciativa privada, tendo por objetivo sedimentar a igualdade formal. João, por sua vez, defendia que essas ações eram da alçada exclusiva do Poder Público e almejavam construir a igualdade material, ainda que em detrimento da igualdade formal.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 12.288/2010,

- (A) João está totalmente certo.
- (B) Maria está totalmente certa.
- (C) Maria está parcialmente errada, pois as ações afirmativas são da alçada exclusiva do Poder Público.
- (D) João está parcialmente errado, pois as ações afirmativas também são da alçada da iniciativa privada.
- (E) João está parcialmente errado, pois a igualdade formal, alicerce do Estado de Direito, não pode ser afastada.

34

Joana, que se encontrava em situação de violência doméstica e familiar, foi incluída em um programa assistencial do governo do Estado Beta, tendo mudado de residência. Por temer que o seu ex-companheiro a procurasse no local de trabalho, considerando o histórico de perseguições, Joana solicitou ao juízo competente que assegurasse a manutenção do seu vínculo trabalhista, por seis meses, de modo que pudesse se afastar do local de trabalho.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei Maria da Penha, o requerimento de Joana

- (A) não pode ser atendido, por ser manifestamente atentatório à livre iniciativa.
- (B) não pode ser atendido, por estabelecer uma estabilidade não amparada em lei.
- (C) pode ser atendido, considerando estar em harmonia com os balizamentos legais.
- (D) não pode ser atendido, pois Joana foi incluída em programa assistencial estadual, não federal.
- (E) pode ser atendido, mas o vínculo trabalhista somente pode ser mantido pelo lapso temporal máximo de três meses.

35

José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das consequências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa.

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- (A) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
- (B) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
- (C) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
- (D) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (E) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.

Conhecimentos Específicos

Administração, Economia e Finanças Públicas

36

As *agências reguladoras* têm como características a autonomia funcional, decisória, financeira e administrativa. Apesar das prerrogativas previstas em lei, elas devem seguir algumas regras específicas.

Assinale a opção que indica uma dessas regras.

- (A) A elaboração de plano estratégico bienal, em consonância com as diretrizes decorrentes da subordinação hierárquica perante o ministério supervisor.
- (B) A contratação de dirigentes por meio de procedimento idôneo e formal, respeitada arguição pública no Senado Federal, além de mandato fixo destituível apenas por condenação judicial transitada em julgado.
- (C) A adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção.
- (D) A qualificação como agência reguladora recebida por ministro da justiça, por ato vinculado, desde que apresentado plano de reestruturação e desenvolvimento para a melhoria da gestão.
- (E) O estabelecimento de conselho fiscal e administração com composição paritária, constituído por agentes públicos e membros da sociedade civil, vedada remuneração.

37

Considere que o Município X, preocupado com o alto número de moradores em situação de rua na região, proponha uma parceria com entidade religiosa, conceituada como Organização da Sociedade Civil (OSC), um acordo de cooperação para prestar assistência àquelas pessoas. Além disso, como forma de auxiliar o serviço, haveria a transferência de um grande montante de recursos financeiros do município para a OSC executar suas atividades.

Acerca da situação apresentada, à luz da Lei nº 13.019/2014, que dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A situação atende plenamente ao previsto na legislação.
- (B) A situação apresenta conformidade quanto à escolha de entidade religiosa, bem como quanto ao uso de acordo de cooperação, mas não poderia haver a transferência de recursos financeiros.
- (C) A situação apresenta conformidade quanto à escolha da instituição, mas o instrumento de parceria deveria ser o termo de parceria, ainda que fosse possível a transferência de recursos financeiros.
- (D) A situação apresenta conformidade quanto à escolha da instituição, mas o instrumento se mostra inadequado, além do que, a transferência de recursos financeiros não é permitida para Organizações da Sociedade Civil.
- (E) A situação apresenta irregularidade desde a escolha da instituição, visto que, em função da laicidade do Estado, a entidade religiosa não pode ser considerada uma Organização da Sociedade Civil, estando, portanto, impedida de celebrar parceria com o Município, bem como receber recursos financeiros.

38

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são formas especiais de concessão de serviço público para a iniciativa privada, regulamentado pela Lei nº 11.079/2004, com o intuito de desenvolver a infraestrutura do país.

Embora possuam semelhanças com o modelo de concessão comum, as PPPs possuem algumas peculiaridades que a diferenciam da concessão comum.

Assinale a opção que apresenta uma dessas peculiaridades.

- (A) Incorporam a repartição objetiva de riscos no contrato firmado entre o poder público e o respectivo parceiro privado.
- (B) São financiadas integralmente por meio de tarifas pagas pelos usuários do serviço da concessão, inclusive quanto a realização de obras previstas.
- (C) Assumem forma de sociedade de propósito específico, com ações negociadas no mercado, tendo o poder público como titular da maioria do capital votante.
- (D) Possuem prazo de vigência contratual de 10 até 35 anos, admitindo-se prorrogação, por igual período, uma única vez, desde que motivada por autoridade competente.
- (E) Fazem uso da concessão patrocinada, modalidade em que a Administração Pública é usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obras.

39

Considerando os modelos típicos da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O *gerencialismo puro* foi criticado por usar uma abordagem puramente economicista, sem considerar especificidades do setor público.
- II. O *modelo burocrático* tinha como prioridades a segregação de funções e a profissionalização, aspectos de grande relevância na Administração Pública atual.
- III. O *Public Service Orientation* é um modelo que prioriza a competitividade estatal, direcionando suas ações para a satisfação do usuário-cliente.

Assinale a opção que indica as afirmativas em que a definição está em conformidade com o modelo apresentado.

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

40

A *poliarquia*, conceito difundido principalmente no âmbito da Ciência Política, tem como característica principal

- (A) propor uma configuração que articule sistemas político e econômico.
- (B) elaborar uma classificação de quão democrático os Estados são.
- (C) identificar os principais *stakeholders* na elaboração de uma política pública.
- (D) sinalizar mecanismos que permitam disciplinar o processo eleitoral.
- (E) evidenciar o papel das elites na formação dos governos.

41

Relacione os tipos de subsídio à sua respectiva característica.

1. Subsídios Tributários
 2. Subsídios Financeiros
 3. Subsídios Creditícios
- () Em geral, impactam no resultado primário e se referem a desembolsos efetivos realizados por meio de subvenções econômicas, assim como assunção de dívidas pela União.
 - () São operacionalizados sob condições financeiras que pressupõem taxa de retorno diferenciada, em geral, inferior ao custo de captação da dívida pública do governo federal.
 - () Não constam na peça principal do Orçamento Geral da União, e acabam diminuindo a receita primária, podendo repercutir em despesas e transferências vinculadas.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 2, 3 e 1.
- (C) 2, 1 e 3.
- (D) 3, 1 e 2.
- (E) 3, 2 e 1.

42

Assinale a opção que apresenta características dos *bens públicos*.

- (A) São artificialmente escassos, em que o consumo de um agente não reduz a disponibilidade para os demais agentes.
- (B) Abrangem recursos comuns, como os rios limpos, que podem ser usufruídos por qualquer indivíduo.
- (C) São não excludentes, como as ruas públicas, que apesar de atingir contágio elevado, não há, em geral, proibição de circulação de pessoas ou veículos.
- (D) Incluem os bens de clube, em que após o pagamento de determinada taxa, todos se beneficiam das opções de lazer.
- (E) Não há impedimento de consumo e nem redução de disponibilidade para qualquer agente, como, por exemplo, o *show* de fogos de artifício.

43

O Plano de Metas, implementado pelo governo Juscelino Kubitschek, entre 1955 e 1960, foi um marco importante no período de industrialização no Brasil.

Dentre os pontos principais desse plano, destacam-se

- (A) os investimentos públicos em infraestrutura, com foco no transporte rodoviário – visando o desenvolvimento do setor automobilístico – e na geração de energia elétrica.
- (B) os incentivos fiscais à introdução dos setores de consumo não-duráveis e de capital.
- (C) a substituição de importações, devido à existência de uma oferta reprimida em diversos setores.
- (D) os incentivos para a vinda do capital estrangeiros em setores estratégicos, por necessidade puramente tecnológica, visto que as condições financeiras já se faziam prementes.
- (E) os investimentos públicos e privados foram os principais instrumentos de ação do governo, por meio de crédito privado interno, mas subsidiado pelo governo.

44

Com relação ao Plano Real e seus reflexos na economia brasileira ou argentina, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Plano Real atacou o processo inflacionário do país por meio de 3 estágios: ajuste fiscal, indexação completa da economia (via URV) e reforma monetária (conversão da URV em reais – R\$).
- () A âncora cambial do Plano Real – com valorização do Real, volume grande de reservas e abertura comercial – permitiu travar os preços internos devido a possibilidade de importações, evitando-se assim a propagação de choques.
- () Após a implementação do Plano Real e da valorização do Real, as contas externas da Argentina apresentaram melhora pelo fato do Brasil ser um dos seus principais parceiros comerciais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

45

A crise financeira internacional de 2008 é considerada por muitos economistas como a pior crise econômica desde a Grande Depressão (Crise de 1929).

Com relação às causas, características e consequências da crise de 2008, analise os itens a seguir.

- I. Uma das causas da crise foi o crescimento desordenado do crédito para os chamados *subprime mortgages*, ou seja, grupos de elevado risco, como desempregados e pessoas sem renda comprovada.
- II. As agências avaliadoras de risco – Standard & Poor's, Fitch e Moody's – alertaram antes de 2008 – em vão – que os CDO's (obrigações de dívida com garantia) não eram investimentos de qualidade, uma vez que as pessoas não teriam condições de quitá-los.
- III. Como medida de contenção da crise, os EUA implementaram o Programa de Alívio de Ativo Problemático, que previu a liberação de bilhões de dólares em socorro aos bancos, para mitigar o contágio sobre a economia real.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46

De acordo com a Constituição Federal, a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social.

Em relação a eles, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os três orçamentos têm entre as suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- (B) O Orçamento Fiscal, ao estimar as receitas, deve considerar os efeitos advindos das anistias, remissões, isenções, subsídios e outros benefícios de caráter financeiro, tributário e creditício.
- (C) O Orçamento da Seguridade Social compreende as dotações destinadas a atender às ações das áreas de saúde, educação e de segurança pública da Administração direta, sendo as entidades da Administração indireta vinculadas a outros orçamentos.
- (D) O Orçamento de Investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto compreende as empresas estatais dependentes e independentes.
- (E) Os fundos de incentivos fiscais e as autarquias de fiscalização de profissão integram o Orçamento Fiscal.

47

Representam autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento, cuja abertura depende de indicação prévia da fonte de recursos, os créditos

- (A) ordinários, apenas.
- (B) adicionais extraordinários, apenas.
- (C) ordinários e especiais, apenas.
- (D) adicionais suplementares e especiais, apenas.
- (E) adicionais suplementares e extraordinários, apenas.

48

Em relação às possíveis emendas ao projeto de Lei de Orçamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não está aprovado pelos órgãos competentes.
- II. Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não foi anteriormente criado.
- III. Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

De acordo com a Lei nº 4320/1964, não serão admitidas emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

Assinale a opção que apresenta receitas classificadas como *derivadas*.

- (A) Tributárias.
- (B) Patrimoniais.
- (C) De serviços.
- (D) Comerciais.
- (E) Agropecuárias.

50

De acordo com a Lei nº 4320/64, a amortização da dívida pública e os juros da dívida pública são classificados, respectivamente, como

- (A) Despesas de Capital: investimentos e Despesas de Capital: transferências de capital.
- (B) Despesas Correntes: despesas de custeio e Despesas Correntes: transferências correntes.
- (C) Despesas de Capital: transferências de capital e Despesas Correntes: transferências correntes.
- (D) Despesas de Capital: investimentos e Despesas Correntes: despesas de custeio.
- (E) Despesas de Capital: inversões financeiras e Despesas Correntes: transferências correntes.

Matemática Financeira

51

Considere duas aplicações financeiras **X** e **Z**, cujo investimento inicial é de R\$ 1.000,00 em cada. Na aplicação **X**, a taxa de rentabilidade é de 10% a.a. e é capitalizada por juros simples e na aplicação **Z** vale a mesma rentabilidade de 10% a.a., mas a capitalização é por juros compostos.

Ao se comparar a evolução dessas duas aplicações, é correto concluir que

- (A) com exceção do ano 0, o montante na aplicação **Z** sempre supera o da aplicação **X**, devido ao seu crescimento exponencial.
- (B) se houver resgate após um ano, os valores resgatados nas duas aplicações serão necessariamente iguais.
- (C) o montante da aplicação **X** deduzido do montante da aplicação **Z**, cresce a taxas exponenciais.
- (D) a taxa de inclinação da linha de evolução do montante na aplicação **X** é constante e, na aplicação **Z**, é crescente.
- (E) a divisão do montante da aplicação **Z** em relação ao montante **X** será sempre maior do que a unidade a partir do primeiro ano.

52

Considere uma operação de desconto racional de 120 dias de um título de capitalização simples cujo valor de resgate é de R\$ 1.000,00 e, cujo valor do principal, é de R\$ 800,00.

O valor da taxa mensal de desconto racional é de

- (A) 25%.
- (B) 20%.
- (C) 6,25%.
- (D) 5%.
- (E) aproximadamente 0,21%.

53

Considerando os conceitos de taxas efetivas, equivalentes e nominais, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A taxa efetiva anual equivalente a uma taxa nominal de 10% a.a. com capitalização semestral é igual a 10,25% a.a.
- () A taxa efetiva anual equivalente a uma taxa nominal de 10% a.a. com capitalização semestral é maior do que aquela com capitalização mensal.
- () A taxa efetiva anual é maior do que a taxa nominal anual para qualquer número de períodos de capitalização.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – F.

54

Considere um financiamento realizado pelo sistema Price, com uma taxa efetiva de 50% ao ano, no regime de juros compostos, e o valor do principal é de R\$ 100,00.

Considere três situações:

M: prazo de financiamento de 1 ano;

N: prazo de financiamento de 2 anos;

O: prazo de financiamento que tende para infinito.

O valor das prestações anuais nas situações **M**, **N** e **O** são, respectivamente,

- (A) 100, 90 e 0.
- (B) 100, 50 e 40.
- (C) 100, 50 e 10.
- (D) 150, 90 e 0.
- (E) 150, 90 e 50.

55

Considere um projeto de investimento inicial de R\$ 100,00 no ano 0. A partir do ano seguinte, a receita esperada é sempre de R\$ 100,00 a cada ano.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) é calculada considerando que o fluxo vai até o ano 1, depois até o ano 2, depois até o ano 3 e assim, sucessivamente.

Essa série de cálculos da TIR tem valores mínimo e máximo, respectivamente, de

- (A) 0% e 100%.
- (B) -100% e 100%.
- (C) 50% e 1000%.
- (D) 0% e infinito.
- (E) 0% e indeterminado.

Contabilidade aplicada ao Setor Público

56

A informação sobre a situação patrimonial do governo ou outra entidade do setor público possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório. Isso fornece informação útil como subsídio à avaliação de algumas questões.

Avalie se tais questões incluem

- I. a extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
- II. os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- III. a extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

A respeito da aplicação das normas da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a afirmativa correta em relação às normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quando não há determinação dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

- (A) São facultativas aos governos estaduais e municipais.
- (B) São facultativas às autarquias e ao governo do Distrito Federal.
- (C) São obrigatórias às empresas estatais dependentes e às independentes.
- (D) São obrigatórias ao governo nacional e aos conselhos profissionais.
- (E) São obrigatórias às fundações instituídas e mantidas pelo setor público e aos consórcios públicos.

58

De acordo com o MCASP, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis.

Nesse sentido, assinale a opção que indica os principais instrumentos para refletir o aspecto patrimonial.

- (A) Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro.
- (B) Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.
- (C) Balanço Orçamentário e Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

59

Em relação ao *balancete* de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Reflete os aspectos orçamentário e fiscal.
- (B) Segue o método das partidas simples.
- (C) Demonstra o movimento e o saldo detalhado das contas contábeis.
- (D) É uma demonstração contábil incluída na Lei nº 4.320/64.
- (E) É uma demonstração contábil, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

60

No Balanço Financeiro de uma entidade do setor público, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício são classificados como

- (A) saldo do exercício anterior.
- (B) pagamentos extraorçamentários.
- (C) despesas orçamentárias vinculadas.
- (D) despesas orçamentárias ordinárias.
- (E) transferências financeiras recebidas e concedidas.

61

No Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, as reservas de capital compreendem

- (A) os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas.
- (B) as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.
- (C) os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não há a possibilidade de devolução destes recursos.
- (D) o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros.
- (E) as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

62

Uma escola municipal fornece a seus alunos, gratuitamente, merenda escolar, que é preparada por uma merendeira contratada.

No Balanço Patrimonial da escola, o estoque de comida mantido para esse fim deve ser mensurado pelo

- (A) valor justo na data da aquisição.
- (B) preço médio ponderado das compras.
- (C) menor valor entre o custo histórico e o custo corrente de reposição.
- (D) menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido.
- (E) menor valor entre o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido.

63

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Na União, nos Estados e nos Municípios, deve-se deduzir do valor

- (A) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (B) a receita com os serviços considerados essenciais.
- (C) as receitas industriais obtidas com outras entidades do setor público.
- (D) as receitas tributárias que não foram efetivamente recebidas na data.
- (E) as transferências realizadas a inativos ou pensionistas.

64

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal deverá conter, entre outros,

- (A) as projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (B) o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- (C) as informações sobre apuração da receita corrente líquida, conforme definida na Lei, sua evolução e previsão de desempenho até o final do exercício.
- (D) o comparativo com os limites tratados pela Lei dos montantes relativos a despesa total com pessoal, dívidas consolidadas e mobiliárias, concessão de garantias e operações de crédito.
- (E) o balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

65

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

O descumprimento do prazo previsto impedirá, até que a situação seja regularizada, que a entidade

- (A) contraia obrigações de despesa que não possam ser cumpridas integralmente com o saldo disponível em caixa.
- (B) receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, com exceção às destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- (C) receba empréstimos e financiamentos de agências de fomento, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- (D) realize aplicações da receita de capital derivada da alienação de bens para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (E) realize transações com outras entidades do setor público relativas a venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

Informática básica

66

Com relação às políticas de segurança da informação, analise as afirmativas a seguir.

- I. Política de senhas: define o conjunto de regras do uso de senhas em uma rede, bem como recursos computacionais que fazem parte na mesma. Entre as informações contidas na política estão a periodicidade da troca de senha, o tamanho mínimo e máximo e a composição.
- II. Política de *backup*: define regras específicas da realização das cópias de segurança, como os tipos de *mídia* a serem utilizados no *backup*, a frequência de execução (diária, semanal, mensal) e o período de retenção das cópias.
- III. Política de privacidade online: são regras sociais que não contemplam como as informações pessoais serão tratadas, sejam elas de usuários, clientes, funcionários e fornecedores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

67

De acordo com o Guia PMBOK, 6ª Edição, o gerenciamento dos custos de um projeto inclui vários processos para possa ser realizado dentro do orçamento aprovado.

O processo de monitoramento do *status* do projeto para atualizar custos e gerenciar mudanças da linha de base dos custos, é denominado

- (A) planejar o gerenciamento dos custos.
- (B) determinar o orçamento.
- (C) reelaborar os custos.
- (D) controlar os custos.
- (E) estimar os custos.

68

O navegador Chrome (versão 101.0.4951.41 de 64 bits) em um computador oferece o recurso de navegação segura, em que o usuário recebe alertas sobre *malware*, extensões perigosas, *phishing* ou sítios possivelmente perigosos do Google.

Os níveis de proteção disponibilizados pelo Chrome são

- (A) proteção ativada – proteção padrão.
- (B) proteção avançada – proteção mediada.
- (C) proteção ativada – proteção mediada - sem proteção.
- (D) proteção reforçada – proteção padrão - sem proteção.
- (E) proteção básica – proteção avançada - proteção reforçada.

69

Os *notebooks* possuem diversos tipos de memória que possuem diferentes finalidades, capacidades de armazenamento e velocidades de funcionamento.

Assinale a opção que indica a hierarquia da memória, em termos de crescimento de velocidades de acesso.

- (A) Memória secundária – memória principal – memória cache e registradores.
- (B) Memória principal – memória secundária – memória cache e registradores.
- (C) Memória cache – memória principal – memória secundária e registradores.
- (D) Memória cache – memória secundária – memória principal e registradores.
- (E) Registradores – memória cache – memória principal e memória secundária.

70

Leia o fragmento a seguir.

“Uma tabela está na _____ se, e somente se, para cada _____, onde X e A são atributos simples ou compostos, uma das duas condições precisam ser mantidas: ou o atributo X é uma _____, ou o atributo A é uma chave candidata. Se o atributo A é membro de uma chave candidata”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) forma normal *boyce-codd* – dependência multivalorada – chave primária.
- (B) forma normal *boyce-codd* – dependência funcional não trivial $X \rightarrow A$ – chave primária.
- (C) terceira forma normal – dependência funcional trivial $X \rightarrow A$ – chave candidata.
- (D) terceira forma normal – dependência funcional não trivial $X \rightarrow A$ – superchave.
- (E) quarta forma normal – dependência funcional trivial $X \rightarrow A$ – chave candidata.

Questão Discursiva

A Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), representou um importante marco na prevenção e correção de desequilíbrios fiscais no país. Fundamentada diretamente pelos princípios do planejamento, da transparência, da responsabilidade e do controle. O normativo se baseou em modelos reconhecidos como o do Fundo Monetário Internacional (FMI), do *Fiscal Responsibility Act*, da Nova Zelândia, e do *Budget Enforcement Act*, dos Estados Unidos.

Considerando os mecanismos de controle da gestão fiscal previstos na LRF, responda aos itens a seguir.

- A) Indique as medidas que devem acompanhar a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.**
- B) Caracterize renúncia de receitas, indicando seus tipos, e as medidas necessárias para a sua concessão.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

